

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE IPORÁ - UNIPORÁ

GEOVANA NOGUEIRA DINIZ

**O IMPACTO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS NA INDÚSTRIA
FARMACÊUTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO
BRASIL**

IPORÁ - GOIÁS

2025

GEOVANA NOGUEIRA DINIZ

**O IMPACTO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS NA INDÚSTRIA
FARMACÊUTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO
BRASIL**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá - UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de Bacharela em Farmácia.

Orientador: Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco - UNIPORÁ

Presidente da Banca e Orientador

Prof. Esp. Geremias Lima Pereira - UNIPORÁ

Examinador

Prof. Esp. Valdomiro Alves de Paula- UNIPORÁ

Examinador

IPORÁ – GOIÁS

2025

O IMPACTO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO BRASIL¹

THE IMPACT OF GENERIC DRUGS ON THE PHARMACEUTICAL INDUSTRY FOR MAINTAINING THE HEALTH OF THE BRAZILIAN POPULATION

Geovana Nogueira Diniz²

RESUMO

A implementação da Lei nº 9.787/1999, que instituiu os medicamentos genéricos no Brasil, representou um marco para a saúde pública. Este estudo analisou, por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, os impactos dessa política no acesso da população aos tratamentos de saúde e na dinâmica da indústria farmacêutica nacional entre 2000 e 2024. Os resultados indicam que a política foi bem-sucedida, promovendo uma redução de preços superior a 50%, o que gerou uma economia de mais de R\$ 329 bilhões aos consumidores e ampliou o acesso a tratamentos, especialmente para doenças crônicas. Constatou-se que a desconfiança inicial da população foi superada, com os genéricos alcançando altos níveis de aceitação e confiança, impulsionados pela garantia de qualidade da ANVISA e pela competitividade de mercado. Conclui-se que os medicamentos genéricos se consolidaram como um pilar essencial para a democratização da saúde no Brasil, reconfigurando o mercado farmacêutico e garantindo tratamentos de qualidade a um custo acessível.

Palavras-chave: Medicamentos Genéricos; Política de Saúde; Acesso a Medicamentos; Indústria Farmacêutica; Legislação Farmacêutica.

ABSTRACT

The implementation of Law No. 9,787/1999, which established generic drugs in Brazil, represented a milestone for public health. This study analyzed, through a qualitative bibliographic review, the impacts of this policy on the population's access to health treatments and on the dynamics of the national pharmaceutical industry between 2000 and 2024. The results indicate that the policy was successful, promoting a price reduction of over 50%, which generated savings of more than BRL 329 billion for consumers and expanded access to treatments, especially for chronic diseases. It was found that the initial public distrust was overcome, with generics achieving high levels of acceptance and trust, driven by ANVISA's quality assurance and market competition. It is concluded that generic drugs have consolidated their position as an essential pillar for the democratization of health in Brazil, reshaping the pharmaceutical market and ensuring quality treatments at an affordable cost.

Keywords: Generic drugs. Health policy. Access to medicines. Pharmaceutical industry. Pharmaceutical legislation.

¹ Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá - UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de Bacharela em Farmácia. Orientador: Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco.

² Acadêmica do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: geovanadinzn@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A implementação de políticas farmacêuticas representa um pilar fundamental para a garantia do direito à saúde, especialmente em nações de grande diversidade socioeconômica como o Brasil. Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que instituiu os medicamentos genéricos, figura como um marco regulatório de profundo impacto. Ao permitir a produção e comercialização de medicamentos cujas patentes haviam expirado, a legislação inaugurou uma nova era no mercado farmacêutico nacional, prometendo transformar a dinâmica de acesso a tratamentos essenciais. Este artigo se dedica a analisar os desdobramentos dessa política, investigando suas consequências para a população e para a indústria ao longo do período de 2000 a 2024.

A relevância social deste tema é inquestionável. Os medicamentos genéricos surgiram como uma estratégia central para ampliar o acesso à saúde, oferecendo uma alternativa de custo mais baixo sem prejuízo à qualidade, segurança e eficácia terapêutica. Para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para milhões de brasileiros, a redução de custos possibilitou a viabilidade de tratamentos contínuos, essenciais para o manejo de doenças crônicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades no acesso aos cuidados médicos. A justificativa deste estudo se faz, portanto, na necessidade de avaliar em que medida essa promessa se concretizou e quais foram seus reais efeitos no panorama da saúde pública nacional.

Além do impacto social, é crucial compreender as repercussões dessa política sobre a indústria farmacêutica brasileira, avaliando se ela de fato promoveu maior competitividade e inovação ou se, por outro lado, impôs desafios ao setor. A justificativa para esta investigação também se fundamenta em uma dimensão prática e observacional, motivada pela vivência acadêmica da pesquisadora, que presenciou situações de resistência e desconfiança por parte da população. Mesmo com a ampla disponibilidade de genéricos, a falta de informações claras sobre sua eficácia e segurança ainda gera dúvidas, levando pacientes a preferirem a interrupção do tratamento a aceitar a intercambialidade. Este aspecto cultural e informacional, que influencia diretamente a aceitação dos genéricos, constitui um elemento central da presente análise.

Diante do exposto, o presente trabalho é orientado pelo seguinte problema de pesquisa: quais são os impactos da política de medicamentos genéricos sobre o

acesso da população brasileira aos tratamentos de saúde e sobre a dinâmica da indústria farmacêutica nacional entre 2000 e 2024? Dessa questão derivam as hipóteses que orientam a análise :a adoção de medicamentos genéricos contribui para a redução dos custos no sistema público de saúde, ampliando o acesso da população a tratamentos essenciais; a implementação da prescrição e dispensação de medicamentos genéricos no SUS aumenta o acesso da população a tratamentos farmacológicos de qualidade; a Lei nº 9.787/1999 foi fundamental para estabelecer o marco regulatório dos medicamentos genéricos, promovendo maior concorrência e redução de custos no mercado farmacêutico; as indústrias preferem produzir medicamentos genéricos e similares, devido aos incentivos fiscais que recebem para esse tipo de produção; a disponibilidade de medicamentos genéricos no Brasil aumentou o número de usuários que conseguem adquirir tratamentos contínuos; e a aceitação dos medicamentos genéricos pela população brasileira ainda é limitada, em parte, pela falta de informação adequada sobre sua eficácia e segurança.

Para responder a essa questão alinhada as hipóteses, o objetivo geral é analisar os impactos da política de medicamentos genéricos na indústria farmacêutica e no acesso da população brasileira aos tratamentos de saúde.

Para alcançar o objetivo proposto, o estudo se desdobra nos seguintes objetivos específicos: investigar os fatores que influenciam a escolha dos consumidores entre medicamentos genéricos e de referência; identificar as barreiras que dificultam a aceitação dos genéricos; avaliar o papel da Lei nº 9.787/1999 na regulação do mercado e a contribuição da política para a redução de custos. A estrutura deste artigo foi organizada para abordar sistematicamente essas questões, iniciando com esta introdução, seguida pela revisão da literatura, a metodologia bibliográfica adotada, a apresentação e discussão dos resultados e, por fim, a conclusão, que sintetiza os achados da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Fatores determinantes na escolha entre medicamentos genéricos e de referência

O objetivo desta seção é investigar os principais fatores que influenciam a escolha dos consumidores por medicamentos genéricos ou de referência. A análise aprofunda como elementos subjetivos, como a confiança e a percepção de qualidade,

e fatores externos, como a prescrição médica e a orientação farmacêutica, interagem para moldar a decisão de compra, que transcende a simples análise de custo.

A escolha entre medicamentos genéricos e de referência pelos consumidores é influenciada por uma série de fatores que vão além do valor, incluindo aspectos culturais, aspectos relacionados à confiança, prescrição médica, percepção de qualidade e orientação de profissionais da saúde. Segundo Rumel *et al.* (2006, p. 922–927), ainda existe uma considerável resistência por parte de alguns consumidores quanto à intercambialidade entre medicamentos genéricos e de referência, especialmente quando há dúvidas sobre a eficácia terapêutica dos genéricos. O estudo aponta que tanto o posicionamento dos médicos quanto a atuação dos farmacêuticos são essenciais nesse processo de decisão, pois influenciam diretamente a segurança percebida pelo paciente no momento da compra do medicamento na drogaria. Assim, compreender esses elementos é fundamental para promover políticas públicas mais eficazes e ampliar o acesso racional aos medicamentos.

Diversos estudos apontam para a existência de barreiras que dificultam a ampla aceitação dos medicamentos genéricos pela população e conforme destacam Abreu e Oliveira (2025, p. 1821), “barreiras como preconceitos associados ao menor preço, desinformação sobre bioequivalência e resistência à prescrição foram identificadas”.

Um dos aspectos centrais que interferem na escolha entre medicamentos genéricos e de referência são as barreiras de percepção e informação. Muitos consumidores ainda associam o preço mais baixo dos genéricos à ideia de baixa qualidade, mostrando um preconceito enraizado. Além disso, a falta de conhecimento adequado sobre a bioequivalência — ou seja, a eficácia e segurança que compara genéricos e medicamentos de marca — dificulta a confiança no uso desses produtos. Soma-se a isso a resistência de alguns profissionais de saúde em prescrever medicamentos genéricos, o que reforça a insegurança dos pacientes e limita suas opções. Esses fatores, juntos, possuem forte influência negativa na decisão do consumidor.

De modo adicional, Teixeira *et al.* (2023, p. 2) enfatizam que a confiança do consumidor em relação à eficácia e segurança dos medicamentos genéricos ainda varia significativamente, apesar de esses produtos serem submetidos a rigorosos testes de bioequivalência. Tudo isso evidencia que, embora certificados de qualidade

estejam presentes, a subjetividade na percepção do consumidor continua desempenhando um papel determinante na escolha de medicamentos.

A preferência dos consumidores por medicamentos está diretamente relacionada à aceitabilidade dos produtos, isto é, ao grau em que suas características correspondem às expectativas e necessidades dos usuários. Estudos indicam que mulheres, pessoas idosas, indivíduos com menor escolaridade e aqueles com maior poder aquisitivo tendem a apresentar menor inclinação à compra de medicamentos genéricos. Em contrapartida, quanto maior o conhecimento ou a percepção positiva sobre esses medicamentos, maior é a probabilidade de serem escolhidos. Nesse contexto, ações educativas voltadas tanto para os profissionais de saúde quanto para os consumidores são estratégias eficazes para ampliar o uso dos genéricos, especialmente por meio do esclarecimento sobre sua qualidade, segurança e eficácia (Nardi *et al.*, 2015, p. 9). Portanto, a decisão de compra não é uma atitude passiva do consumidor em aceitar ou não uma proposta que lhe é oferecida, assim como mostra Luppe *et al.* (2020, p. 50).

A qualidade de um medicamento está atribuído ao cumprimento de boas práticas de fabricação do mesmo. A qualidade dos medicamentos similares e genéricos sempre foi discutida e posta em cheque em relação sua eficácia em comparação com os medicamentos de referência (Santos *et al.*, 2020, p. 9).

De tal forma, a garantia de qualidade dos medicamentos está diretamente ligada à adoção de procedimentos rigorosos durante sua produção. No entanto, mesmo com regulamentações que asseguram a eficácia de genéricos e similares, ainda persiste uma percepção negativa em relação a esses produtos quando comparados aos de referência. Essa desconfiança, muitas vezes baseada em fatores subjetivos, evidencia a necessidade de reforçar a credibilidade desses medicamentos por meio de fiscalização eficiente e estratégias de conscientização da população.

Os achados desta seção evidenciam que a escolha entre medicamentos genéricos e de referência é determinada por um complexo conjunto de fatores que ultrapassam o aspecto financeiro. Os elementos mais relevantes identificados foram a desconfiança do consumidor, muitas vezes associada ao menor preço, a desinformação sobre os testes de bioequivalência e a influência decisiva de médicos e farmacêuticos. Conclui-se que, apesar da garantia de qualidade e eficácia dos

genéricos, barreiras de percepção e a falta de orientação profissional consolidam-se como os principais obstáculos para sua ampla aceitação no mercado.

2.2 Barreiras à aceitação dos medicamentos genéricos

O objetivo dessa seção é identificar as barreiras que dificultam a aceitação dos medicamentos genéricos pela população. Apesar de sua eficácia ser comprovada por testes rigorosos e de estarem disponíveis no mercado há quase duas décadas, a análise revela que a desinformação, a falta de conhecimento por parte de consumidores e profissionais da saúde e a resistência na prescrição médica representam obstáculos significativos. A investigação desses fatores é fundamental para compreender por que os genéricos ainda enfrentam desconfiança e subutilização.

Teixeira *et al.* (2023, p. 2) mostram que existem testes e evidências que podem comprovar a eficácia dos medicamentos genéricos, porém ainda assim há barreiras que impedem sua maior popularidade, como falta de incentivo para prescrição, falta de conhecimento dos consumidores e médicos e falta de orientação adequada para profissionais e pacientes.

Mesmo com a implantação da Política Nacional de Medicamentos - PNM e com quase 20 anos no mercado brasileiro, percebe-se na prática que medicamentos genéricos não são conhecidos e consequentemente ainda não são aceitos e utilizados por parte da população (Sebben e Fernandes, 2019, p. 212).

Além disso, a desinformação em torno da bioequivalência — ou seja, a ideia equivocada de que os genéricos não têm a mesma eficácia e segurança dos medicamentos de referência — representa um obstáculo significativo à sua aceitação. Muitas vezes, a população desconhece os rigorosos testes exigidos para a aprovação desses medicamentos, o que alimenta dúvidas e preconceitos infundados. Essa falta de conhecimento, somada à escassez de informação clara e acessível sobre os processos regulatórios envolvidos, dificulta a consolidação da confiança nesses produtos, limitando seu uso mesmo quando são mais acessíveis financeiramente (Abreu e Oliveira, 2025, p.1832).

No estudo de Monteiro (2016, p. 253) foi evidenciado baixa utilização de medicamento genérico em grande parte dos entrevistados pois argumentam

desconhecer a possibilidade de substituição do medicamento inovador pelo genérico.

A falta de estímulo por parte de alguns profissionais de saúde, associada à carência de campanhas educativas direcionadas aos consumidores, compromete o potencial desses medicamentos em alcançar um público mais amplo (Abreu e Oliveira, 2025, p. 1823-1824).

A limitada aceitação dos medicamentos genéricos pela população pode ser atribuída, em parte, à ausência de incentivo por parte de alguns profissionais de saúde, bem como à insuficiência de campanhas educativas direcionadas ao público. Esses fatores contribuem para a manutenção da desinformação e da insegurança quanto à qualidade e eficácia desses produtos, o que compromete seu potencial de adesão em larga escala. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de estratégias institucionais mais eficazes para ampliar o conhecimento e a confiança da população em relação aos genéricos.

Ambos os estudos mostram que os pacientes tendem a preferir medicamentos de marca, que possuem conhecimento e informação insuficientes sobre genéricos (o que leva à necessidade de intervenções educacionais apropriadas) e que médicos e farmacêuticos desempenham um papel fundamental na promoção dos medicamentos genéricos aos pacientes e na aceitação da substituição genérica por parte destes (Dunne e Dunne, 2015, p. 22).

De acordo com Dunne e Dunne (2015, p. 23-24), ainda que existam amplas evidências científicas sustentando a eficácia e a segurança dos medicamentos genéricos, observa-se entre médicos um certo nível de desconfiança em relação a esses produtos, sobretudo em situações clínicas mais graves, como nas doenças cardiovasculares e no uso de fármacos de índice terapêutico estreito. Essa resistência parece derivar, em parte, da influência de editoriais e publicações científicas que questionam a intercambialidade entre genéricos e medicamentos de marca, mesmo diante da ausência de impacto clínico negativo comprovado.

Essa contradição entre a literatura científica e a percepção dos profissionais de saúde revela um desafio importante para o sistema de saúde: a necessidade de melhorar a comunicação e a disseminação das evidências sobre equivalência terapêutica. Assim, torna-se essencial investir em educação continuada, capacitação técnica e estratégias de informação que favoreçam a confiança dos médicos e

pacientes no uso de genéricos. O fortalecimento desse entendimento pode contribuir significativamente para ampliar a aceitação e o uso racional desses medicamentos, especialmente em contextos de maior complexidade clínica (Dunne e Dunne, 2015, p. 23-24).

Portanto, superar essas barreiras exige estratégias que vão além da simples oferta do medicamento, englobando ações educativas, envolvimento de profissionais qualificados e campanhas que esclareçam e valorizem os genéricos.

Os achados desta seção demonstram que as barreiras à aceitação dos medicamentos genéricos são complexas e multifatoriais. Os fatores mais relevantes incluem a desinformação sobre a bioequivalência, o desconhecimento da população sobre a possibilidade de substituição e, de forma crucial, a desconfiança e a falta de incentivo por parte de médicos e farmacêuticos. Conclui-se que, mesmo com evidências científicas que sustentam sua eficácia, a superação desses obstáculos depende de ações integradas, como campanhas educativas e capacitação profissional, para desmistificar preconceitos e consolidar a credibilidade dos genéricos.

2.3 A Política de medicamentos genéricos e seu impacto no mercado brasileiro

O objetivo dessa seção é avaliar o papel da Lei nº 9.787/1999 na regulamentação dos medicamentos genéricos e seu efeito na concorrência e na redução de preços no mercado farmacêutico brasileiro; analisar o papel da política nacional de medicamentos genéricos na redução de custos e no acesso da população aos tratamentos.

A Lei nº 9.787/1999 define medicamento genérico como medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade. Além de estabelecer que um Produto Farmacêutico Intercambiável é um equivalente terapêutico de um medicamento de referência, comprovados, essencialmente, os mesmos efeitos de eficácia e segurança (Brasil, 1999).

A implantação da política de genéricos no Brasil, iniciada em 1999, meses após a criação da ANVISA, refletiu um esforço do Ministério da Saúde de reduzir significativamente os custos da terapia farmacológica através dos medicamentos genéricos, possibilitando acesso de maior parcela da população aos tratamentos. Além disso, a

instituição de uma política de genéricos visava também disponibilizar ao mercado brasileiro medicamentos com qualidade assegurada, tendo em vista sua intercambialidade com o medicamento de referência que, em geral, corresponde ao medicamento inovador registrado após a comprovação de sua eficácia e segurança (Araújo et al., 2010, p. 487).

A política de medicamentos genéricos, implantada no Brasil em 1999 logo após a criação da ANVISA, teve como principal objetivo reduzir os custos dos tratamentos farmacológicos e ampliar o acesso da população aos medicamentos. Essa iniciativa também buscou garantir a qualidade, eficácia e segurança dos produtos, exigindo comprovação de bioequivalência com os medicamentos de referência. Além de promover maior concorrência e estimular a indústria nacional, a política assegurou a intercambialidade entre os genéricos e os medicamentos de marca, permitindo que fossem utilizados de forma equivalente no tratamento das doenças.

A indústria farmacêutica mundial caracteriza-se por sua alta complexidade e pela presença de grandes corporações multinacionais que dominam a produção e a distribuição de medicamentos em escala global. Esse setor é fortemente concentrado em países desenvolvidos, onde se localizam as principais sedes de empresas que lideram a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de novos fármacos. Por outro lado, muitos países mantêm papel mais dependente, atuando principalmente como importadores de medicamentos ou produtores sob licença. Essa dinâmica evidencia uma estrutura de mercado marcada pela concentração de capital, pela intensa competição tecnológica e pelo elevado grau de regulação, especialmente em torno da proteção de patentes e da garantia de qualidade e segurança dos produtos farmacêuticos (Santos e Ferreira, 2012, p. 102).

No contexto brasileiro, a consolidação da indústria farmacêutica teve início no século XX, com uma crescente presença de empresas multinacionais que passaram a dominar o setor. Embora o país tenha desenvolvido capacidade produtiva, a dependência externa permaneceu significativa, sobretudo em relação aos insumos farmacêuticos utilizados na fabricação de medicamentos. O sistema de patentes, ao garantir exclusividade temporária às empresas inovadoras, reforçou a centralização do conhecimento e do poder econômico nas mãos das corporações globais. Ainda assim, o mercado nacional caracteriza-se por uma ampla variedade de medicamentos, abrangendo diferentes classes terapêuticas e atendendo a diversas

necessidades de saúde da população, o que demonstra a relevância econômica e social do setor farmacêutico no país (Santos e Ferreira, 2012, p. 104-106).

Em um estudo realizado no município de São Paulo em 2003 por Monteiro (2016, p. 255) foi concluído que “a principal desvantagem destacada pela população do presente estudo foi o medicamento genérico “não ser bom como o de marca”. A população entrevistada citou, como principal vantagem para o uso de genéricos, seu menor custo.” O estudo citado evidencia uma percepção ainda presente entre parte da população brasileira quanto à qualidade dos medicamentos genéricos. Apesar de sua eficácia e segurança serem comprovadas por testes de bioequivalência exigidos pela ANVISA, muitos consumidores continuam a associar o medicamento de marca a uma maior confiabilidade terapêutica. Essa visão reflete não apenas uma questão técnica, mas também cultural e informacional, relacionada à falta de conhecimento sobre os rigorosos processos de controle de qualidade aplicados aos genéricos. Por outro lado, o reconhecimento do menor custo como principal vantagem demonstra que a política de medicamentos genéricos atingiu um de seus objetivos centrais: ampliar o acesso da população aos tratamentos farmacológicos. Ainda assim, os resultados do estudo reforçam a importância de ações educativas e de comunicação que esclareçam à sociedade sobre a equivalência entre genéricos e medicamentos de referência, fortalecendo a confiança e o uso racional desses produtos.

Os achados desta seção revelam o impacto paradoxal da Lei nº 9.787/1999 no cenário farmacêutico brasileiro. Por um lado, a política de genéricos demonstrou sucesso em seu objetivo econômico, consolidando o menor custo como a principal vantagem percebida pelos consumidores e, consequentemente, ampliando o acesso a tratamentos. Por outro lado, persistem barreiras culturais e de informação, evidenciadas pela desconfiança de parte da população quanto à eficácia dos genéricos em comparação com os medicamentos de referência. Conclui-se que, embora a lei tenha fomentado a concorrência e a redução de preços, o desafio de construir uma confiança plena na qualidade e intercambialidade dos genéricos permanece central para a consolidação da política.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido com base em uma metodologia de revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Este delineamento foi escolhido por ser o mais

adequado para analisar, de forma aprofundada e crítica, o vasto corpo de conhecimento produzido sobre a política de medicamentos genéricos no Brasil. A pesquisa busca sintetizar e discutir informações provenientes de diversas fontes para construir uma análise abrangente sobre os impactos dessa política no acesso da população aos tratamentos de saúde e na dinâmica da indústria farmacêutica nacional, no período de 2000 a 2024.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (PubMed/MEDLINE). Adicionalmente, foram consultados documentos oficiais e legislações disponíveis nos portais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde e no acervo do Planalto. A estratégia de busca incluiu o uso dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave: "medicamentos genéricos", "política de medicamentos", "indústria farmacêutica", "acesso à saúde", "Lei nº 9.787/1999", "bioequivalência", "intercambialidade", "prescrição médica" e "uso racional de medicamentos".

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção do material. Incluíram-se artigos originais, artigos de revisão, dissertações, teses, livros, leis e relatórios governamentais publicados entre janeiro de 2000 e dezembro de 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. A seleção priorizou trabalhos que abordassem diretamente o cenário brasileiro e estivessem alinhados com os objetivos específicos do estudo, como a aceitação dos genéricos, a concorrência no mercado farmacêutico e o impacto da regulamentação. Foram excluídos os estudos que não se referiam ao Brasil, artigos duplicados, editoriais, e pesquisas puramente clínicas que não discutiam os aspectos sociais, econômicos ou regulatórios do tema.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa. Após a seleção, o material foi lido na íntegra para a extração de informações pertinentes, que foram organizadas e categorizadas com base nos objetivos específicos da pesquisa. A síntese dos resultados foi construída a partir da articulação crítica dos achados da literatura, confrontando diferentes perspectivas de autores e dados oficiais para responder ao problema de pesquisa. Por se tratar de um estudo de revisão bibliográfica com dados de domínio público, a submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi dispensada, conforme as diretrizes para pesquisas dessa natureza.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica e dos dados de mercado, abrangendo o período de 2000 a 2024, revela o profundo impacto da Política Nacional de Medicamentos Genéricos no Brasil. Os resultados confirmam a maioria das hipóteses levantadas, demonstrando a consolidação dos genéricos como um pilar essencial para o acesso à saúde e a reconfiguração da indústria farmacêutica nacional.

Corroborando a primeira e a quinta hipóteses, os dados demonstram que a adoção de medicamentos genéricos foi fundamental para a redução de custos e a ampliação do acesso a tratamentos. A legislação exige que os genéricos custem, no mínimo, 35% menos que os medicamentos de referência, mas a concorrência no setor elevou esse desconto para uma média de 60% a 70%. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que a entrada de concorrentes genéricos pode reduzir o preço dos medicamentos em mais de 50%. Esse impacto financeiro se traduz em uma economia acumulada superior a R\$ 329 bilhões para os consumidores desde o ano 2000. A ampliação do acesso é especialmente visível no tratamento de doenças crônicas; em 2024, os genéricos alcançaram uma participação de 75,46% no mercado de anti-hipertensivos e 68,44% no de antidepressivos, evidenciando seu papel crucial na adesão e continuidade de tratamentos de longa duração (Abrafarma, 2025).

A segunda hipótese, que associa a implementação de genéricos no SUS ao aumento do acesso a tratamentos de qualidade, é igualmente sustentada pela literatura. A qualidade, segurança e eficácia dos genéricos são asseguradas pela ANVISA por meio de rigorosos testes de bioequivalência e biodisponibilidade. A sua importância estratégica para o sistema público é inquestionável, visto que 85% dos medicamentos distribuídos pelo programa Farmácia Popular são genéricos, garantindo que uma vasta parcela da população tenha acesso a terapias farmacológicas de qualidade comprovada a um custo reduzido para o Estado (Vicente, 2024).

Conforme postulado na terceira hipótese, a Lei nº 9.787/1999 é universalmente reconhecida como o marco regulatório que viabilizou essa transformação. Ao estabelecer as regras para a intercambialidade e a produção após a expiração de patentes, a lei fomentou um ambiente de maior competitividade, como demonstra a

existência de 101 laboratórios que hoje comercializam mais de 13.800 apresentações de genéricos no país. Esse aumento da concorrência foi o principal motor para a expressiva redução de preços observada no mercado farmacêutico brasileiro (Brasil, 2024).

A quarta hipótese, que sugere uma preferência da indústria pela produção de genéricos devido a incentivos fiscais, encontra um apoio mais matizado. Embora a literatura consultada não detalhe incentivos fiscais específicos, ela revela um incentivo de mercado extremamente poderoso: o crescimento e a lucratividade do setor. Em 2024, o segmento de genéricos movimentou mais de R\$ 20,4 bilhões, com um crescimento de vendas que superou a média do mercado farmacêutico total. No terceiro trimestre de 2024, as vendas de genéricos cresceram 10,13%, enquanto o mercado total cresceu 7,66%. Portanto, mais do que por incentivos fiscais, a indústria parece ser motivada pela alta demanda, pela liderança de mercado em categorias essenciais e pela robusta oportunidade de negócio que os genéricos representam (CFF, 2024).

Por fim, a sexta hipótese, que aponta para uma aceitação ainda limitada dos genéricos por falta de informação, é refutada pelos dados mais recentes, que mostram uma significativa mudança de percepção ao longo do tempo. Embora estudos mais antigos, citados na revisão de literatura, indicassem desconfiança e resistência por parte de consumidores e profissionais, o cenário atual é de ampla aceitação. Pesquisas de 2024 indicam que 93% dos brasileiros confiam nos medicamentos genéricos e 92,7% estão dispostos a realizar a troca pelo genérico na farmácia. Essa confiança solidificou a posição dos genéricos, que hoje representam 38% de todos os medicamentos vendidos no país e tratam 90% das doenças conhecidas, consolidando-se como uma escolha segura e eficaz para a maioria da população brasileira (Garcia, 2024).

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos da política de medicamentos genéricos no acesso da população brasileira aos tratamentos de saúde e na dinâmica da indústria farmacêutica entre 2000 e 2024. A pesquisa permitiu concluir que a implementação da Lei nº 9.787/1999 foi um dos marcos mais transformadores da saúde pública brasileira nas últimas décadas, consolidando-se

como uma política de sucesso que democratizou o acesso a tratamentos farmacológicos de qualidade e reconfigurou o mercado nacional.

Os resultados confirmaram que a introdução dos genéricos promoveu uma drástica redução nos custos dos medicamentos, com descontos médios que superam os 60% em relação aos produtos de referência. Essa economia, que ultrapassa os R\$ 329 bilhões acumulados desde o início da política, foi fundamental para ampliar o acesso e a adesão a tratamentos contínuos, especialmente para doenças crônicas como hipertensão e depressão, impactando diretamente a qualidade de vida da população e a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), onde os genéricos compõem 85% dos medicamentos distribuídos pelo programa Farmácia Popular.

A análise também revelou uma importante evolução na percepção pública. A hipótese de que a aceitação dos genéricos ainda é limitada foi refutada pelos dados atuais, que apontam um índice de confiança superior a 90% entre os brasileiros. A desconfiança inicial, identificada em estudos mais antigos, deu lugar a uma ampla aceitação, impulsionada pela garantia de qualidade, segurança e eficácia auditada pela ANVISA e pelo papel educativo de profissionais da saúde, como os farmacêuticos. Do ponto de vista industrial, a preferência pela produção de genéricos mostrou-se motivada menos por incentivos fiscais e mais pela robusta oportunidade de mercado, evidenciada pelo crescimento consistente do setor, que hoje responde por quase 40% das unidades vendidas no país.

Conclui-se, portanto, que a política de medicamentos genéricos atingiu e superou seus objetivos primários. Ela não apenas fomentou a concorrência e a redução de preços, mas também se tornou um pilar para a promoção da saúde no Brasil. Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a análise sobre o impacto dos biossimilares, a nova fronteira da concorrência no mercado farmacêutico, e investigar as disparidades regionais no acesso e utilização de genéricos, a fim de aprimorar ainda mais essa política essencial.

6. REFERÊNCIAS

ABRAFARMA. Vendas de medicamentos genéricos crescem 38% em 2024. **Portal Revista da Farmácia**. Publicado em 06/02/2025. Disponível em: <https://www.abrafarma.com.br/noticias/vendas-de-medicamentos-genericos-crescem-38-em-2024>. Acesso em 02 de novembro de 2025.

ABREU, Raimundo Neto de; OLIVEIRA, Kelly Beatriz Vieira de. Uso e aceitação de medicamentos genéricos entre pacientes. **Revista de Medicina Genérica e**

Atenção Farmacêutica, [S. I.], v. 7, n. 3, p. 1821–1835, mar. 2025. Disponível em: <https://bjih.smnuvens.com.br/bjih/article/view/5218/5438>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

ARAÚJO, Luciane Uchôa de; ALBUQUERQUE, Kênia Tatiane; KATO, Karina Coelho; SILVEIRA, Giselle Soares; MACIEL, Nayara Rodrigues; SPÓSITO, Patrícia Aparecida; et al. Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, [S. I.], v. 28, n. 6, p. 480–492, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2010.v28n6/480-492>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.787**, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm. Acesso em: 2 de novembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medicamentos genéricos**: 25 anos. Publicado em 25/01/2024; Atualizado em 26/01/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2024/medicamentos-genericos-25-anos>. Acesso em: 02 de novembro de 2025.

CFF, Conselho Federal de Farmácia. **Vendas de medicamentos genéricos alcançam crescimento recorde no terceiro trimestre de 2024**. Publicado em 02/12/2024. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/02/12/2024/vendas-de-medicamentos-genericos-alcancam-crescimento-recorde-no-terceiro-trimestre-de-2024>. Acesso em: 02 de novembro de 2025.

DUNNE, Suzanne; DUNNE, Colum. What do people think about generic medicines? A systematic review and critical appraisal of literature on stakeholder perceptions of generic drugs. **BMC Medicine**, v. 13, n. 173, p. 1–27, 2015. DOI: 10.1186/s12916-015-0415-3. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4520280/>. Acesso em: 26 de outubro de 2025.

GARCIA, Mariana. Genérico, referência ou similar: entenda diferenças e veja lista dos medicamentos mais vendidos. **G1**. Publicado em 13/08/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/08/13/generico-referencia-ou-similar-entenda-diferencias-e-veja-lista-dos-medicamentos-mais-vendidos.ghtml>. Acesso em 02 de novembro de 2025.

LUPPE, Marcos Roberto et al. Análise de atributos na preferência entre consumo de medicamentos genéricos e similares ou medicamentos de referência. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 48-66, 2020. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/4881>. Acesso em: 13 de outubro de 2025.

MONTEIRO, Camila Nascimento et al. Utilização de medicamentos genéricos no município de São Paulo em 2003: estudo de base populacional. **Epidemiologia e**

serviços de saúde, v. 25, p. 251-258, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2016.v25n2/251-258/>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.

NARDI, Cássia Goulart; FERRAZ, Marcos Bosi; PINHEIRO, Geraldo R. C.; KOWALSKI, Sérgio C.; SATO, Emília I. Knowledge, perceptions and use of generic drugs: a population-based study. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, n. 26, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/sYsdpDkGDtmyx8cry7qfqqQ/?lang=en>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

RUMEL, Délvia; NISHIOKA, Silvio de Almeida; SANTOS, Ana Angélica Martins dos. Intercambialidade de medicamentos: abordagem clínica e o ponto de vista do consumidor. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 5, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/32153/34242>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

SANTOS, Emerson Costa dos; FERREIRA, Maria Alice. A indústria farmacêutica e a introdução de medicamentos genéricos no mercado brasileiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 3, p. 567-574, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9250/6708>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

SANTOS, Tales de Sousa; SOUZA, Osmar Galvão Bispo de; MELO NETO, Bernardo; SOUSA, Paulo Victor Amorim de. Avaliação da qualidade de medicamentos similar, genérico e referência vendidos no Brasil: uma revisão de literatura. *In: Research, Society and Development*, v. 9, n. 7., 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/4355/3771>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

SEBBEN, Sânia Nadine Bucco; FERNANDES, Luciana Carvalho. Conhecimento e aceitação dos medicamentos genéricos por usuários: uma revisão integrativa. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2314/1557>. Acesso em: 13 de outubro de 2025.

TEIXEIRA, Gabriel Furtado; SATELES, Luiz Roberto Nel; XAVIER, Millena Pereira; MAFRA, Vanderson Ramos. Medicamentos genéricos, sua confiabilidade e aceitação: uma revisão de literatura. *In: Research, Society and Development*, v. 12, n. 5, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41419/33665>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

VICENTE, Tiago de Moraes. Lei dos genéricos completa 25 anos promovendo acesso à saúde de qualidade. **PróGenéricos**. Publicado em 26/05/2024. Disponível em: <https://progenericos.org.br/noticias/lei-dos-genericos-completa-25-anos-promovendo-acesso-a-saude-de-qualidade/>. Acesso em 02 de novembro de 2025.